Getúlio Cabral e suas trajetórias

Giselle dos Santos Siqueira

Getúlio de Oliveira Cabral nasceu em quatro de abril de 1942, em Espera Feliz (MG). Segundo seu irmão Victor Hugo[1], seu nome foi uma homenagem que sua mãe prestou ao presidente Getúlio Vargas.

Getúlio Cabral era filho de Manoel Arcanjo de Oliveira e Lindrosina Cabral de Souza. Seu pai trabalhou como professor leigo, em obras da construção civil e produziu uma máquina fotográfica artesanal, atuando como fotógrafo. Já sua mãe era camponesa e sem letramento.

Quando Getúlio Cabral e sua família vieram para o Rio de Janeiro, instalaram-se em Petrópolis. Chegaram à cidade de trem e foram morar no Alto do Quitandinha.

Nesta época Duque de Caxias era uma área estratégica para todo o Rio de Janeiro, pois possuía indústrias como a Fábrica Nacional de Motores e a Refinaria Duque de Caxias, mas também a Associação dos Lavradores Fluminenses e vivenciava uma intensa mobilização dos movimentos sociais. Em 1968, sob a administração de Moacyr do Carmo, Caxias foi considerada Área de Segurança Nacional. Em 1971, iniciou-se um longo período com a presença dos governos militares na cidade.

A militância comunista se caracterizava, sobretudo, pela capacidade de mobilização, de defesa dos interesses de classe ou das lutas específicas, pela produção de um sindicalismo chamado por muitos de "político". Os

comunistas em Caxias haviam adquirido certa visibilidade. “Caxias era um foco de comunistas”, dizia Tenório Cavalcanti, referindo-se aos anos 1950.

Duque de Caxias era conhecida, desde os anos 1940, como um subúrbio dormitório. A acelerada expansão demográfica decorria do movimento migratório. Vindos das áreas rurais periféricas, migrantes atraídos pela metrópole carioca, principalmente do Nordeste do Brasil e do interior fluminense, capixaba e mineiro, deixavam seus povoados em direção à cidade em expansão[2]. Segundo Stélio Lacerda, o fluxo populacional fluminense chegava aos 123 mil habitantes em 1950.

Buscando oportunidade de trabalho e melhoria de vida, uma grande parte dos recém-chegados instalava-se na periferia do Rio de Janeiro, uma grande parcela em Caxias. Os serviços públicos, contudo, não acompanhavam a expansão urbana e demográfica. A maioria da população não dispunha de escolas, hospitais, saneamento, segurança e demais suportes essenciais à qualidade de vida urbana.

Na década de 1950, a família Cabral fixou residência em Duque de Caxias.[3] Nesse período, Getúlio tinha apenas sete anos de idade. Residia na Rua Diamantina, que é a atual Avenida Leopoldina. E depois se mudaram para a Rua do Retiro (entre Gramacho, Leopoldina IV e Centenário).

Getúlio e seus irmãos estudaram na Escola Municipal Darcy Vargas, localizada no Corte Oito. Victor Hugo, irmão de Cabral, lembra-se dos cantos diários do Hino Nacional e do Hino da Bandeira, das aulas ministradas por um padre que ensinava bons costumes.

Manoel Arcanjo e Lindrosina Cabral, pais de Getúlio, participavam do movimento feminista (tendo como companheira Lydia Cunha[4]) e comunista, atuando em uma das células do Partido Comunista Brasileiro (PCB), além das organizações de bairro. Entre os 12 e 13 anos, Getúlio já tinha iniciado sua militância política na União da Juventude Comunista, influenciado pela participação de sua mãe, em atividades contra a guerra na Coreia.[5] Como passou a exercer papel de liderança nas lutas comunistas, ao atingir a maioridade foi recrutado pelo partido.

Getúlio começou a trabalhar com 14 anos, consertando máquinas fotográficas e posteriormente atuando como fotógrafo, seguindo assim os passos de seu pai. Incorporou-se ao Centro Pró-Melhoramentos de seu bairro, no município de Caxias e filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos onde participou das lutas de sua categoria profissional. Em 1962, o PCB deu-lhe a tarefa de trabalhar como escriturário e servente do Ministério da Indústria e Comércio na FNM

(Fábrica Nacional de Motores)[6] para reforçar a ação político-partidária ali já existente. Foi demitido da fábrica no final de 1964 por perseguição política, sendo cassado e obrigado a atuar na clandestinidade para sobreviver. Nesse mesmo ano rompeu com o PCB e incorporou-se posteriormente ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Casou-se aos 23 anos com Maria de Lourdes, com quem teve dois filhos: Alexandre e Adriano Cabral.

A militância política na luta armada

Getúlio Cabral foi dirigente regional do PCB (Partido Comunista Brasileiro)[7] e depois de romper com este partido ligou-se ao PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário)[8], onde atuava, na Guanabara, como chefe do Grupo de Fogo,[9] também chamado de Esquadra Militar. Este foi o último grupo de guerrilha urbana no Rio de Janeiro.

Em 1968, Getúlio viajou a Cuba para fazer um "curso de treinamento de guerrilhas". Quando voltou de viagem, a perseguição ficou mais intensa. Em 1969 e 1970, residiu no bairro de Parada Angélica (Terceiro Distrito de Duque de Caxias), onde morava com a esposa e seus dois filhos. Em 1970, sua casa foi saqueada e quebrada por agentes do DOPS. Getúlio conseguiu fugir e foi para outros estados, entre eles, Bahia.[10]

Segundo documentação[11], Getúlio atuou também como militante do PCBR na "depredação" de dois postos de gasolina onde se encontravam afixados cartazes de terroristas procurados; na versão oficial esta ação foi orquestrada pela Aliança Libertadora Nacional (ALN), PCBR e Vanguarda Armada Revolucionária (VAR). Getúlio foi um dos participantes na "expropriação" de joias em Copacabana, na Rua Paula Freitas e em 19/8/1971, de uma Casa de Materiais de Construção (SC) no valor de Cr$ 350,00 e do Banco da Bahia – São Cristóvão (25/02/1972), a quantia de CR$ 92.000,00.

Nas documentações do DOPS/RJ Getúlio aparece com os seguintes codinomes: Gogó, Gustavo, Artur, Feio, Tasso e Camilo e com forte atuação na Bahia (Salvador) onde montou o esquema que resultou em 1970, no "assassinato" do primeiro sargento Valder Xavier de Lima, da FAB (Força Aérea Brasileira) e no ferimento de um agente do DPF/BA (Departamento de Polícia Federal da Bahia). Ainda segundo as mesmas documentações, foi responsável pelo "assassinato" do soldado Elias dos Santos, do Primeiro BPEx (Batalhão de Polícia do Exército), em 1969.[12]

Nas documentações da Secretaria de Segurança Social de Pernambuco, Getúlio aparece como elemento de ligação e coordenador do retorno do Chile dos militantes do PCBR banidos, indicados para os cursos de elementos de guerrilhas em Cuba.

Getúlio estava condenado a 20 anos de reclusão pela Sexta Circunscrição Judiciária Militar por participação no assalto à Agência Liberdade do Banco da Bahia – Salvador, 1970. Getúlio teve sua prisão preventiva decretada em 17/12/1971; mas continuou foragido até o dia de sua morte. No Rio, tinha sido condenado a 12 anos de prisão e a suspensão dos seus direitos políticos por 10 anos.

Ele estava pronto para chefiar um assalto no dia 10/01/1973, à Agência Voluntários da Pátria da União de Bancos Brasileiros, conforme levantamento apreendido no aparelho do PCBR de Bento Ribeiro. Ação esta que não aconteceu devido a sua morte.

Prisão e morte sob tortura

Getúlio foi morto sob tortura no dia 29 de dezembro de 1972, aos 30 anos, no DOI/CODI-RJ (Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Internas).[13] Ele foi uma das vítimas do "massacre" que também vitimou Fernando Augusto da Fonseca[14], José Silton Pinheiro[15] e José Bartolomeu Rodrigues de Souza.[16]

Os relatórios dos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica dizem que "faleceu devido a tiroteio com agentes de órgãos de segurança". Mas o relatório da Anistia Internacional diz que ele foi morto e colocado em um carro incendiado – sendo seu corpo parcialmente carbonizado, após ter sido torturado no DOI-CODI/RJ, juntamente com José Silton Pinheiro, José Bartolomeu Rodrigues de Souza e Fernando Augusto Valente da Fonseca.[17]

No Arquivo do DOPS/PE encontrou-se em seu prontuário de n° 19.407 a informação de que "foi morto na Guanabara, na Rua Grajaú, nº 321 em tiroteio com as Forças Armadas". Segundo ainda as informações contidas nesse documento, Getúlio havia sido servente do Ministério da Indústria e Comércio, tendo sido demitido por perseguição política no final do ano de 1964.

Segundo a publicação *Direito à verdade e à memória*, os quatro prisioneiros foram levados a um lugar ermo, onde seus corpos foram crivados de balas para dar a impressão de morte em tiroteio, sendo que ainda tiveram seus corpos carbonizados.

O corpo de Getúlio entrou no IML, em 30/12/1972, pela Guia n° 11 do DOPS/RJ. Seu óbito, de n° 132.011, firmado pelo Dr. Roberto Blanco dos Santos[18], teve como declarante José Severino Teixeira. As causas de sua morte que constam na certidão de óbito são: ferimento penetrante da cabeça determinando fratura do crânio e destruição do tecido nervoso cerebral e carbonização. No verso desse documento, manuscrita, há a seguinte frase: "Inimigo da Pátria (Terrorista)".[19]

Foi enterrado como indigente, apesar de estar com seu nome completo, no cemitério de Ricardo de Albuquerque, em 6/2/1973, na cova 22.702, quadra 21. Em 20 de março de 1978 seus restos mortais foram transferidos para o ossário geral e, em 1980/1981, para uma vala clandestina, junto com mais de 2.000 ossadas de indigentes.[20]

A morte de Getúlio somente foi divulgada em 17/01/1973, pelo Jornal do Brasil que deu a notícia de sua morte e das mortes de Fernando, José Silton e José Bartolomeu, assim como as mortes de mais dois outros militantes do PCBR, ocorridas no mesmo dia, Valdir Sales Saboya[21] e Lourdes Maria Wanderley Pontes[22], sem citar as circunstâncias de suas mortes.[23]

No Rio de Janeiro, em 16/9/1991, o Grupo Tortura Nunca Mais obteve apoio para exumar 2.100 ossadas de uma vala no cemitério de Ricardo de Albuquerque. Os corpos de mortos e desaparecidos foram enterrados em uma cova rasa e, cinco anos depois, transferidos para o ossário geral. No início da década de 1980 foram enterrados, em uma vala clandestina, todos os ossos de pessoas sepultadas como indigentes desde 1971 até 16/01/1974.[24]

Reuniu-se, então, uma equipe formada por dois médicos legistas indicados pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (CREMERJ), Gilson Souza Lima e Maria Cristina Menezes, pela arqueóloga e professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Nancy Vieira, e pela antropóloga e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Eliane Catarino. Em outubro de 1991, a Equipe Argentina de Antropologia Forense, representada por Luis Fondebrider, Mercedes Doretti e Silvana Turner, realizou um treinamento técnico com a equipe e orientou os trabalhos de catalogação dos ossos. Infelizmente, as ossadas, quando transferidas do ossário geral para a vala, foram misturadas, formando um conjunto de cerca de 430 mil ossos, entre os quais não se distingue um esqueleto completo. Mesmo assim, vários crânios e outros ossos foram retirados e acondicionados em 17 sacos plásticos para serem examinados.[25]

Em março de 1993, a equipe encerrou o trabalho por causa da falta de financiamento e da impossibilidade de sustentá-lo com apenas três pessoas. As ossadas catalogadas foram guardadas no Hospital Geral de Bonsucesso. O local da vala continuou sendo resguardado até que no ano passado se estabeleceu como um "lugar de memória", com a construção de um memorial. "A construção desse memorial é importante para que possa ser um marco no sentido de resgatar nossa história e para que nunca mais isto volte a acontecer," afirma Romildo Maranhão do Valle, irmão de Ramires Maranhão do Valle e associado ao GTNM/RJ.[26]

Os nomes dos 14 presos políticos enterrados nesta vala são: Ramires Maranhão do Vale e Vitorino Alves Moitinho, ambos desaparecidos; José Bartolomeu Rodrigues da Costa, José Silton Pinheiro, Ranúsia Alves Rodrigues, Almir Custódio de Lima, Getúlio de Oliveira Cabral, José Gomes Teixeira, José Raimundo da Costa, Lourdes Maria Wanderley Pontes, Wilton Ferreira, Mário de Souza Prata e Luís Guilhardini. Outros dois militantes foram sepultados em valas comuns no Rio de Janeiro: no cemitério de Cacuia está Severino Viana Colon e no de Santa Cruz, Roberto Cieto[27].

A Ocupação Getúlio Cabral

Na década de 1960, após o Golpe Militar, o território do Município de Duque de Caxias foi ainda mais impactado. Silêncio, fraudes e privatização são marcas deixadas pela ditadura. Em 1968, a FNM foi privatizada, passando para as mãos da Alfa Romeu (indústria italiana), em meio à revolta dos trabalhadores e ao inquérito aberto para apurar a existência de fraudes. Em 1976, a fábrica passou para o domínio da Fiat (empresa italiana), e os operários iniciaram a convivência com a racionalização da produção, a automação, a intensificação dos ritmos de trabalho e a hiperexploração da força de trabalho.

Privatização, desemprego e extermínio. Todos os dias, chegavam mais trabalhadores em busca de emprego e se alojavam como podiam, onde as condições de vida já eram péssimas.

Fica claro que Caxias, assim como toda a Baixada, tornou-se, mais uma vez, lugar de armazenamento e passagem, só que agora de trabalhadores pobres. Toda a memória de organização, de experiência operária e de esforço de construção de participação política, não fora experimentada por toda a sua população; ao contrário, fora silenciada.

Nos anos 1980, as terras que abrigavam o Campo de Multiplicação de Sementes foram ocupadas por duas mil pessoas organizadas pela Associação de Moradores Local, dando origem à Ocupação Getúlio Cabral. A Ocupação hoje conta com aproximadamente 10 mil pessoas e 137 ruas, destacando-se as Ruas Che Guevara e Carlos Mariguella e tem como presidente da associação de moradores Luis Carlos Cabral, que ali mora com a sua família. A ocupação fica localizada no bairro de Parada Angélica – terceiro distrito de Duque de Caxias, uma área muito pobre e carente da cidade, dominada pelo tráfico e pela milícia local.

Notas

1. Victor Hugo é professor aposentado da rede pública – Colégio Pedro II. Lecionava Química. Filiou-se à Juventude Comunista Caxiense no ano de 1953, então com apenas 13 anos. Nos anos de 1970 e 1971, pesava apenas 57Kg, tendo sido torturado por cinco pessoas. Foi enquadrado nos artigos 42, 45 (Lei da Segurança Nacional) e por tentativa de tomada de poder. Mas foi absolvido por falta de provas, já que o processo era forjado. Quando saiu da prisão foi trabalhar no Colégio Pedro II. Mais informações ver: Café com História – Instituto Histórico – Maio de 2008 – Entrevista com Victor Hugo de Oliveira Cabral.
2. O caso específico da família de Getúlio Cabral.
3. Área Metropolitana do Rio de Janeiro.
4. Lydia nasceu em Ramos, no Rio de Janeiro em 27 de maio de 1921. Em 1942, Lydia e José Antônio Cunha passaram a viver juntos em Duque de Caxias. Ela chega ao Distrito de Caxias ainda no período da ditadura varguista (1937-45). Caxias ainda era naquele momento distrito do município de Nova Iguaçu, governado por interventores. Apesar da repressão, inúmeras células clandestinas do Partido Comunista foram organizadas no interior de fábricas e bairros. Nos anos 1940, participou da fundação da UFDC – União Feminina Duque de Caxias. Após o golpe de 1964, refugiou-se temporariamente na casa de amigos em Volta Redonda. Até o ano de 1965, ainda resistiu e manteve a sua militância na Federação de Mulheres do Brasil.
5. Na década de 1950, um dos objetivos dos comunistas brasileiros era o de impedir a participação do Brasil na Guerra da Coreia ao lado dos Estados Unidos. O envio de vinte mil soldados brasileiros para a Coreia era uma das requisições que ficariam estabelecidas no acordo militar Brasil – Estados Unidos, de 1950. Nesse ano, os comunistas brasileiros patrocinaram a "Campanha Contra o Envio de Soldados Brasileiros para a Coreia". Tal campanha consistia em passeatas, enterros simbólicos, comícios-relâmpago, manifestações populares, etc., objetivando pressionar a opinião pública brasileira e, sobretudo, o governo para que o Brasil não enviasse nenhum membro das forças armadas para participar do conflito coreano.
6. Ver RICARDO, José Ramalho. *Estado patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989 e *A voz da ANAPAP (Painel do Paim)* – 09/01/2009.
7. Ver: *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
8. Sobre a trajetória do PCBR ver: *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

9. "O grupo de fogo é o instrumento de ação organizada. Com ele, as operações da guerrilha e as táticas são planejadas, lançadas e executadas com êxito. O comando geral conta com o grupo de fogo para realizar seus objetivos de natureza estratégica e para fazê-lo em qualquer parte do país. Por sua parte, ajuda aos grupos de fogo com suas dificuldades e necessidades. A organização é uma rede indestrutível de grupos de fogo e de coordenações entre eles, que funciona simples e praticamente com o comando geral e que também participam nos ataques; e organização que existe com o único propósito, simples e puro, de ação revolucionária." Mais informações ver: Carlos Marighella: Mini – Manual do Guerrilheiro Urbano – Capítulo 06.
10. Seu irmão Vitor Hugo lembra que Odete, cunhada de Getúlio foi torturada em Imbariê pelo DOPS. Ver: *Café com História* – Instituto Histórico – Maio de 2008 – Entrevista com Vitor Hugo de Oliveira Cabral.
11. Ver Arquivo Público do Estado do RJ - Setor: Terrorismo Pastas: 15- Folha 4 e Pasta 16 folha 339.
12. Ver: Arquivo Público do Estado do RJ, Polícia Política – Setor: Terrorismo Pasta 12 Folha 140, Pasta 14 Folhas 16 e 17 e Pasta 16 Folha 339.
13. Órgão conjunto dos diversos serviços de informações, do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícias Militares, Polícia Federal e Polícias Civis, criados em todos os Estados a partir da experiência da Operação Bandeirante (OBAN), em São Paulo.
14. O carioca Fernando Augusto, apelidado Fernando Sandália, concluiu o 2º grau no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Estudava economia na UFRJ e trabalhava na agência central do Banco do Brasil, de onde foi demitido em 1970. Militou na Corrente Revolucionária antes de integrar o PCBR, sendo membro de seu Comando Político Militar e um dos responsáveis pela publicação oficial do partido, O Avante, no Rio de Janeiro. Em função das perseguições e da militância clandestina, estava residindo em Maceió, com a mulher, Sandra Maria Araújo da Fonseca e o filho André, então com três anos de idade. Sandra estava grávida de Fernando, que não chegou a conhecer o pai. No "livro negro" do Exército, consta a informação de que, em dezembro de 1971, tinha sido composta uma direção nacional provisória do PCBR, integrada por ele, por Luís Alberto de Andrade Sá e Benevides e por Getúlio de Oliveira Cabral. Mais informações ver: *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
15. Viveu até seis anos de idade no pequeno sítio denominado Pium, onde nasceu, em São José do Mipibú, RN. Em 1966, entrou em contato com o pensamento da Igreja progressista e, pretendendo se tornar irmão Marista passou a estudar no Convento de Apipucos, em Recife. Mas sua inquietação política foi além da vocação religiosa. De volta a Natal, ingressou na Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tempos depois, passou a militar no PCBR, atuando em Natal, Recife, e por fim, no Rio de Janeiro. Os órgãos de segurança o acusavam de participação em assalto a um banco na Penha, no Rio, em 27 de julho de 1972, em que teria matado o contador Sílvio Nunes Alves. Mais informações ver: *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
16. Era estudante secundarista, pernambucano de Canhotinho, e não foi possível coletar outros dados a respeito de sua biografia e atividades políticas anteriores. Os órgãos de segurança o acusavam de participação na tentativa de roubo de um veículo do tenente da Aeronáutica Matheus Levino dos Santos, em Recife, no dia 26 de junho de 1970, que reagiu a tiros e foi baleado, vindo a morrer em consequência dos ferimentos, em março do ano seguinte. José Bartolomeu, segundo informações dos órgãos de segurança, teria regressado ao Brasil pouco antes de ser

morto, vindo de uma viagem ao Chile em que acompanhou o ex-sargento da Aeronáutica Antonio Prestes de Paula em reuniões com banidos brasileiros. Ver mais informações em: *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Ver também: site do Grupo Tortura Nunca Mais.

17. Ver site do Grupo Tortura Nunca Mais - http://www.torturanuncamais-rj.org.br/.

18. O médico legista Roberto Blanco dos Santos, que está sendo processado pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (CREMERJ) e, em 1994, foi nomeado Delegado de Polícia no Rio de Janeiro. Em novembro desse mesmo ano recebia como delegado da 19ª Delegacia de Polícia, na Tijuca (RJ) as queixas de torturas sofridas por vários moradores do morro do Borel durante a chamada Operação Rio. Apesar de denunciado, ele continua no cargo.

19. Ver site do Grupo Tortura Nunca Mais - http://www.torturanuncamais-rj.org.br/.

20. Ver site do Grupo Tortura Nunca Mais - http://www.torturanuncamais-rj.org.br/.

21. Nasceu em 1° de março de 1950, filho de Gerson Algery Saboya e Ephigênia Salles Saboya. Morto aos 22 anos de idade, em 29 de dezembro de 1972, na Rua Sargento Valder Xavier Lima, n° 22, fundos, junto com Lourdes Maria Wanderley Pontes, segundo versão oficial da repressão em tiroteio. Mais informações ver: *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964* / Comissão responsável Maria do Amparo Almeida Araújo... etc. tal, prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns, apresentação de Miguel Arraes de Alencar. — Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

22. Era pernambucana de Olinda e estudou o primário e o ginásio em Recife, não chegando a concluir seus estudos por seu envolvimento na militância política a partir de 1968. Em 1969, casou-se com Paulo Pontes da Silva, com quem se mudou para Natal (RN) devido à repressão política. Novamente perseguido, o casal transferiu-se, em fevereiro de 1970, para Salvador (BA), sendo que no mesmo ano, Paulo foi preso, sendo posteriormente condenado à prisão perpétua, por coautoria no assassinato de um sargento da Aeronáutica que o conduzia preso algemado ao companheiro de militância Theodomiro Romeiro dos Santos. Após a prisão de Paulo Pontes, Lourdes foi então deslocada para a militância clandestina no Rio de Janeiro. Mais informações ver: *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

23. Ver site do Grupo Tortura Nunca Mais - http://www.torturanuncamais-rj.org.br/.

24. Mais informações ver: TELES, Janaina (Org.). *Desaparecidos políticos: reparação ou impunidade.* In: Parte II – A luta pela reparação. Capítulo I: Mortos e desaparecidos políticos: um resgate da memória brasileira. Editora Humanitas.

25. Mais informações ver: TELES, Janaina (Org.). *Desaparecidos políticos: reparação ou impunidade*. In: Parte II – A luta pela reparação. Capítulo I: Mortos e desaparecidos políticos: um resgate da memória brasileira. Editora Humanitas.

26. Mais informações ver: Boletim 22 GTNM-RJ, março 1996 e TELES, Janaina (Org.). *Desaparecidos políticos: reparação ou impunidade*. In: Parte II – A luta pela reparação. Capítulo I: Mortos e desaparecidos políticos: um resgate da memória brasileira. Editora Humanitas.

27. Idem nota 26.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

BRAZ, Antonio Augusto e ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. *De Meritiy a Duque de Caxias*: *encontro com a história da cidade.* Duque de Caxias: APPH – Clio, 2010.

BURKE, Peter (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

_____. *O mundo como teatro, estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1993.

_____. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. *O município de Duque de Caxias e a ditadura militar: 1964-1985*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história*. *Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FANON, Francis. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

GRECO, Heloisa Amelia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Tese de doutorado em História.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memória*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001.

LACERDA, Stélio. *Caxias de ontem: um pouco de memória*. Fábrica de Livros SENAI – RJ / XEROX / FUNGUTEN, 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e memória.* Campinas: UNICAMP, 1990.

MARQUES, Alexandre dos Santos. *Militantes da cultura em uma área periférica: Duque de Caxias (1950-1980)*. Vassouras: Universidade Federal Severino Sombra. Dissertação de Mestrado, 2005.

MORAES, João Quartim de. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968. Notas historiográficas e observações críticas. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP,* São Paulo, n.1, 1989.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História e memória. In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.) *História, pensar e fazer.* Niterói: Laboratório Dimensões da História, 1998.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 10, dezembro de 1993.
PADRÓS, Enrique Sena; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence e SIMÕES, Amanda Fernandes (Orgs.). *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória.* 2ª edição, Porto Alegre: Corag, 2010.
_____. *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): o fim da ditadura e o processo de redemocratização*. 2ª edição. Porto Alegre: Corag, 2010.
_____. *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): repressão e resistência nos "Anos de Chumbo"*. 2ª edição. Porto Alegre: Corag, 2010.
POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Revista Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, v. 2, n.3, 1989.
_____. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, v. 5, n.10, 1992.
PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA e AMADO, 1998: 103-137.
REIS FILHO, Daniel Aarão e FERREIRA, Jair (Orgs.). *Imagens da revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
_____. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil.* São Paulo, Brasiliense, 1990.
_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
_____; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.
RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.
_____. O retorno do político. In: CHAVEAU, A. e TÈTARD. P. (Orgs). *Questões para a história do presente.* Bauru: EDUSC, 1992.
RICARDO, José Ramalho. *Estado patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
RICOEUR, Paul. Entre memória e história. In: *Projeto*. Paris: número 248, p.11, 1996.
RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira.* São Paulo: UNESP, 1993.
ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

_____. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
SANTOS DE SOUZA, Marlúcia. *Escavando o passado da cidade. Duque de Caxias e os projetos de poder político local: 1900-1964*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. Dissertação de Mestrado.
SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2005.
SCHMITT, Rogério. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005.
STTOPPINO, Mario. Poder. In: BOBBIO, Noberto et al. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1995.
TELES, Janaína de Almeida (Org.). *Desarquivando a ditadura* – memória e justiça no Brasil. Vol. II. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2008.

Resumo

Getúlio de Oliveira Cabral nasceu em quatro de abril de 1942, em Espera Feliz (MG). Segundo seu irmão Vitor Hugo, seu nome foi uma homenagem que sua mãe prestou ao presidente Getúlio Vargas. Foi dirigente regional do PCB e dirigente nacional do PCBR. Era chefe do Grupo de Fogo, na Guanabara, também chamado de Esquadra Militar. Este foi o último grupo de guerrilha urbana no Rio de Janeiro. As fontes usadas neste artigo foram principalmente documentos encontrados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e no site do Grupo Tortura Nunca Mais e entrevistas.

Palavras-chave

Guerrilha urbana - Militância - Ditadura - Esquerda - Memória.

Abstract

Getúlio de Oliveira Cabral was born on April 4, 1942, in Espera Feliz (MG). According to his brother Victor Hugo, his name was a tribute to his mother gave to President Getulio Vargas. Was regional head of the PCB and national leader of PCBR. He was head of Group of Fire, in Guanabara, also called the Military Police. This was the last group of urban guerrillas in Rio de Janeiro. The sources used in this article were mainly documents found Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) and the Grupo Tortura Nunca Mais and interviews site.

Keywords

Urban Guerrilla Warfare - Military - Dictatorship - Left - Memory.